

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: CAMINHOS RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Gilma Alves Ferreira ¹
Ana Carolina de Aguiar Braga ²
Eliana Lourenço de Souza ³
Valéria de Araújo Lima ⁴

RESUMO

O presente estudo analisa qual o papel da avaliação no processo de democratização da educação básica em escolas públicas. Expõe, ainda, as concepções de avaliação com base em autores estudiosos da temática, problematiza a forma como a avaliação é vista e posta em prática hoje, e apresenta formas de usar a avaliação na inclusão de alunos marginalizados. A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico feito a partir da leitura dos textos propostos no componente curricular de Planejamento e Avaliação Educacional II que discutiam sobre a temática em questão. Buscamos responder as seguintes questões: o que é avaliação? Como a avaliação está sendo vista e aplicada na educação básica em redes públicas? De que forma a avaliação pode ser usada favorecendo a inclusão social e cultural? Nossa hipótese é que os professores que entendem a avaliação como prática dissonante aos processos classificatórios e aplicam-na de forma que seja analisado se o conhecimento foi apreendido pelos alunos, visando uma reformulação dos planos de aula segundo as demandas identificadas, favorecem o processo de democratização do ensino público. Tomamos como referência teóricos que discutem a respeito da temática da avaliação, sendo estes: Hoffmann (2014), Fernandes e Freitas (2007) e Sobral e Salvino (2015), Luckesi (1987), e Libâneo (2013)

Palavras-chaves: Avaliação Educacional; Democratização do Ensino; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Os altos índices de reprovação, repetências e desistências dos alunos tem levado os estudiosos da educação a refletirem sobre as problemáticas que tem possibilitados tais feitos. A avaliação tem sido demonizada desde então, apontada como o motivo fundamental do falecimento do modelo escolar vigente.

A avaliação tradicionalista não tem favorecido o processo de ensino-aprendizado, pois a mesma se baseia em modelos classificatórios que não tem fins educativos.

Avaliar não é dar notas, fazer médias, reprovar ou aprovar alunos. Avaliar, numa nova ética, é sim avaliar particularmente no sentido da construção da

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, gilmaaf_28@hotmail.com ;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ana17red@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elianaloussouza13@gmail.com;

⁴ Graduada no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, valeriaaraujo1941@gmail.com.

conscientização, busca da autocrítica, autoconhecimento de todos os envolvidos no ato educativo, investindo na autonomia, envolvimento, compromisso e emancipação dos sujeitos (SOBRAL & SALVINO, 2015, p. 233 apud LOCH, 2000, p. 31)

Este trabalho é resultado dos estudos obtidos durante a disciplina de Planejamento e Avaliação II ministrada pela Professora Dr^a. Francisca Salvino Pereira. Dessa forma, propomos uma análise do uso dos processos avaliativos na educação básica em escolas públicas. Iremos expor, ainda, as concepções de avaliação existentes; avaliaremos a forma como a avaliação é vista e posta em prática cotidianamente; e apresentaremos formas de usar a avaliação na inclusão de alunos socialmente/culturalmente marginalizados.

A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico, no qual fizemos um levantamento dos autores que discutiam acerca da avaliação, dos processos de ensino e da democratização da escola. Temos o propósito de responder aos questionamentos: o que é avaliação? Como a avaliação está sendo vista e aplicada na educação básica em redes públicas? De que forma a avaliação pode ser usada favorecendo a inclusão social e cultural?

O primeiro tópico trata brevemente das concepções de avaliação segundo estudiosos da temática. O segundo analisa como a avaliação é vista e a forma como esta é usada atualmente nas escolas. O terceiro demonstra como a avaliação pode ser usada no processo de democratização com ensino e inclusão dos alunos marginalizados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração desse estudo foi a de pesquisa bibliográfica, esta é definida como sendo uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, em que uma das suas principais características diferenciadoras das demais é a de que a pesquisa bibliográfica é um “estudo direto de fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica (SILVA et al *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 69).

A principal finalidade desse tipo de pesquisa é a de possibilitar ao pesquisador o contato direto com obras e documentos que buscam tratar de um tema em comum, favorecendo ao indivíduo maior amplitude em suas pesquisas de forma a buscar mais de uma abordagem para o que se tem interesse em trabalhar.

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizado assim as aulas expositivas, rodas de conversa, seminários, etc. Dessa forma, a referida não pode ser reduzida ao simples papel de “dar notas”, pois tem suma importância no que diz respeito ao desenvolvimento pleno dos alunos.

Segundo Fernandes e Freitas (2008) a avaliação ocorre cotidianamente para qualquer indivíduo. Avalia-se situações corriqueiras como: a previsão do tempo; a roupa que deve ser usada dado o clima e o local para onde se deseja ir, os alimentos que irão fazer parte das refeições daquele dia em questão; dentre outros exemplos. O certo é que avaliar não é um ato restrito às instituições de ensino. Todavia, a avaliação escolar deve seguir princípios diferentes daqueles utilizados diariamente.

Avaliação escolar deve se sustentar na legitimidade técnica e política conferida a partir das decisões aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação, afirmam Fernandes e Freitas (2008). O projeto político-pedagógico (PPP) da instituição também está entre os critérios que o professor deve tomar como referência ao escrever o plano e definir os objetivos e métodos avaliativos.

O real intuito da avaliação, segundo os autores, deve ser o de analisar desenvolvimento dos alunos, observando se os objetivos sugeridos estão sendo alcançados, para que dessa forma seja possível a formulação de novos planos tendo em vista as necessidades encontradas.

Libâneo (2013) afirma que a avaliação é um trabalho didático, em que se deve refletir sobre a “qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos” (p. 216). Para o autor, a avaliação deve cumprir no mínimo três funções: pedagógico-didática, comprovando o cumprimento dos objetivos gerais e específicos dados pela instituição ou pelo próprio professor em seu plano de aula; diagnóstica, identificando os progressos e dificuldades apresentadas pelos alunos e pelo professor; e de controle, no que se refere aos meios utilizados para avaliar, a frequência das verificações e a qualificação dos resultados.

Para Sobral e Salvino (2015) a avaliação “é fundamental e é um meio legítimo para o desenvolvimento das capacidades intelectuais, sociais, culturais dos estudantes” (p. 221). Dessa forma, podemos estender que a avaliação vai além de aplicações de provas e atribuição de notas, pois atinge todas as áreas do processo de ensino-aprendizado, ficando inviável sua dissociação das práticas educacionais.

Fernandes e Freitas (2008) apontam que a avaliação pode ser feita durante o cotidiano da sala de aula, sendo chamada de avaliação formativa, ou ao fim do processo de aprendizagem para verificar o que foi aprendido pelos alunos durante o mesmo, denominando-se de avaliação somativa. As duas, segundo os autores, são importantes, contudo é na avaliação formativa que se é possível perceber o professor atento aos avanços da turma e baseando seus planejamentos a partir de tais observações. Ao avaliar apenas no fim do processo, se perde o propósito da avaliação em si.

A ideia de uma avaliação mediadora é trabalhada por Hoffmann (2014) como sendo uma prática de observação e reflexão “sobre os jeitos de aprender, de fazer, de ser e de conviver de cada um” (p.48), analisando não somente os resultados obtidos por meios de provas escritas, mas o desempenho individual e avanços apresentados pelos alunos ao longo do processo.

Apresentadas as concepções de avaliação dos autores estudiosos da temática, faremos agora uma análise problematizando a forma como a avaliação é vista e utilizada majoritariamente nas redes de ensino.

UTILIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS

Luckesi (1987) afirma que um educador deve ter em mente as quais opções teóricas que condizem com a prática educacional aplicada por ele no cotidiano escolar, pois quando não se tem explícita tais opções, o profissional fica à mercê dos mandes da gestão e do fazer burocrático. Com a avaliação não se deve ser diferente. O professor que não possui convicção do que se almeja por meio da avaliação nem conhece as diferentes concepções existentes da referida não é capaz, na maioria dos casos, de aplicá-la além das tradições conservadoras.

O professor, o elaborador do plano de aula, deve atentar para as possíveis formas de se avaliar sendo coerente com os objetivos postos pelo mesmo. E ser capaz de perceber durante o processo de avaliação se os objetivos que idealizou condizem com a realidade da sala e se estes são exequíveis. O papel da autoavaliação está em o professor se reconhecer como um ser que também está em construção e que pode cometer erros, mas que ao identificá-los faça o que estiver dentro das suas possibilidades para melhorar.

A avaliação dos estudantes ainda hoje é vista como uma forma de medir a capacidade dos mesmos, conforme Fernandes e Freitas (2008). Esta visão “medidora” da avaliação acaba por separá-los em categorias que vão do menos ao mais hábil. Em alguns casos, a avaliação é

usada ainda como forma de controle dos estudantes, em que os professores usam a atribuição de notas como motivação para que os referidos permaneçam disciplinados.

Libâneo (2013) aponta que há equívocos quanto ao uso do processo avaliativo, sendo estes: entender a avaliação unicamente como ato de atribuir notas, classificar e reprovar os alunos; utilizá-la para recompensar os “bons” alunos; aprovar ou reprovar os alunos a partir de um “olhar clínico”, estabelecendo desde as primeiras aulas o destino dos mesmos; e, por fim, rejeitar as medidas qualitativas em detrimento das quantitativas, acreditando que avaliações escritas não geram resultados satisfatórios.

Segundo o autor, a ideia de uma avaliação voltada para aplicação de provas e classificação dos alunos, mesmo sendo comum nos contextos educacionais hoje, é descabida “primeiro porque a atribuição de notas visa apenas o controle formal, com objetivo classificatório e não educativo; segundo, porque o que importa é o veredito do professor sobre o grau de adequação e conformidade do aluno ao conteúdo transmitido” (p. 220). Libâneo (2013) acrescenta ainda que é necessário enxergar a avaliação em seu aspecto qualitativo e quantitativo para que esta não perca sua função primordial.

Sobre a avaliação meramente quantitativa, tão presente na educação brasileira, Sobral e Salvino (2015) afirmam que nesta apenas se exige a memorização dos conteúdos ministrados em sala, se cobrando a repetição desses nas provas e exames, normalmente destituídas de análises críticas e reflexivas. Tal problemática, segundo as autoras, acaba por refletir nos altos índices de evasão, reprovação e repetências, pois aqueles estudantes que, por diversos fatores, não conseguem se encaixar em tal modelo classificatório são deixados para trás.

Não se pode transformar um cenário educativo rico em situações práticas em um cenário avaliativo de teste teórico. Da mesma forma que não se pode observar se um aluno produz um texto “imaginativo” por meio de uma prova de gramática (HOFFMANN, 2014, p. 51).

As práticas tradicionalistas de aplicação de exames para conceber notas aos alunos não têm permitido aos professores enxergarem o valor das outras formas existentes de avaliação, deixando o ambiente educacional sempre monótono e abdicando, também, de florescer o conhecimento trazido pelos discentes a partir das suas vivências extraescolares.

Para Hoffmann (2014), os percursos individuais dos alunos devem ser levados em conta durante todo o processo de aprendizado, pois estes irão se refletir em como os discentes entendem o ambiente escolar e como o professor pelo usar aquilo que o aluno já conhece para facilitar a apresentação dos conteúdos em sala.

Como demonstrado neste tópico, a avaliação, dependendo da forma como é utilizada, pode favorecer o processo de exclusão. Em contraponto, apresentaremos com o próximo tópico formas de se apropriar da referida no processo de democratização das redes de ensino, mais especificamente a pública.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

[...] a aprendizagem que as crianças fazem na escola não precisa e não deve ser diferente da aprendizagem que elas fazem de modo natural do mundo que as rodeia. Torna-se apenas necessário que alarguemos e aprofundemos o seu leque de conhecimento revelando-lhes partes do mundo sobre as quais não lhes tenha ocorrido pensar. (HOFFMANN, 2014, p.51 APUD DUCKWORTH, 1991, p. 73-74)

O afastamento dos estudantes das práticas educativas se dá porque estes não se enxergam como protagonistas do processo de ensino-aprendizado. Tal problemática é resultado das posturas tomadas pelas instituições de ensino e, mais especificamente, pelos professores.

A forma como a avaliação é vista e aplicada hoje favorece o desprendimento dos discentes com o gosto pelo aprendizado. Quando forçados a reproduzir os conteúdos ministrados em sala nas provas e exames, estes acabam por entender que não são produtores de conhecimento válido para aquele espaço.

A papel do professor, nesse sentido, é o de entender a diversidade existente em uma única sala de aula e trazer tal informação para a forma como irá construir seus planos e aula e construir sua prática educativa.

É preciso salientar que os percursos de aprendizagem são individuais e diferenciados, e que as propostas pedagógicas irão mobilizar os alunos de jeitos inusitados. Não há como se observar todos os alunos, todo o tempo e em todas as situações planejadas. O olhar avaliativo percorre o contexto e absorve a multiplicidade desse cenário, os vários momentos de aprendizagem do grupo. (HOFFMANN, 2014, p. 53)

A ideia de uma avaliação mediadora/formativa põe fim a avaliação classificatória e medidora. Os alunos são avaliados por seu percurso individual, levando em conta as dificuldades encontradas pelos mesmos e os avanços pessoais.

Democratizar o ensino é demonstrar que o campo educacional pertence a todos os que estão envolvidos e não tão somente aqueles que conseguem se sair bem mesmo com um

ensino precário e limitado. Uma das formas reverter o processo exclusivo é modificando a visão predominante que a avaliação tem hoje.

Os instrumentos avaliativos, segundo Fernandes e Freitas (2008), devem aproximar os alunos daquilo que lhes foi transmitido durante as aulas. Quando não se tem coerência entre as avaliações e o processo de aprendizado, a avaliação perde seu sentido. Assim, os autores apresentam alguns instrumentos que podem ser escolhidos pelos professores de forma que estes não se limitem apenas as provas escritas e outras práticas tradicionais, como por exemplo: o portfólio, o memorial, e o caderno de aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a avaliação vem sendo usada ainda hoje como uma forma de classificar e medir os discentes em escalas que nivelam o nível de conhecimento dos mesmos. A finalidade primeira do processo avaliativo tem se dissolvido em meio a uma ideologia meritocrática. Existe ainda a problemática da avaliação como medidora. Mede-se o nível de conhecimento do aluno para que assim se possa classificá-lo em escalas que vão do mais ao menos inteligente

A exclusão gerada por tal problemática se reflete na evasão, reprovação e repetência daqueles que são socialmente e culturalmente marginalizados. O professor, não tendo explícita sua finalidade com o uso da avaliação, torna-se um reproduzidor das práticas avaliativas conservadoras e tradicionalistas.

Se faz necessário repensar o papel da avaliação e entender que a mesma não deve ser usada para atribuir notas, mas sim para analisar se os objetivos sugeridos para cada etapa estão sendo devidamente alcançados e, se preciso, reformular esses de forma que favoreça sempre o aprendizado do aluno.

Democratização do ensino não irá ocorrer instantaneamente. É necessário modificar desde a concepção do papel da escola até as práticas exercidas pelos professores em sala. Dessa forma, a avaliação, como processo necessário no desenvolvimento do aluno, pode favorecer no processo de inclusão, dependendo da forma como o professor irá aplicá-la no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC/ Secretária de Educação Básica, 2008.

HOFFMANN, Jussara. Tempo de reflexão: Corrigir tarefas ou interpretar manifestações de aprendizagem? In: **O jogo do contrário em avaliação**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 45-72.

LIBÂNEO, José Carlos. A avaliação escolar. In: **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 216-244

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador. In: **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 25-34.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I – número I – Julho de 2009.

SOBRAL, Ana Cláudia da Silva; SALVINO, Francisca Pereira. AVALIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: implicações ao processo de ensino e aprendizagem. In: **Cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Campina Grande: ED